



*Plano Concelhio Para a Integração de Pessoas
Sem Abrigo
2014-2018*

Execução e Avaliação 2016



Pelo GPISA
Teresa Casaleiro
Técnica Superior da DIPS

Cascais, junho de 2017

Sumário Técnico (A)

Identificação do Projeto/Programa/Protocolo	Plano Concelhio Para a Integração de Pessoas Sem Abrigo – Relatório de avaliação e execução 2015		
CMC - Unidade orgânica responsável	DIPS/DHS		
CMC -Equipa Técnica	Teresa Casaleiro (coordenadora GPISA e da Eq. Freguesia Alcabideche), Helena Bila (coordenadora Eq. Freguesia Cascais e Estoril), Liliana Bevan (coordenadora Eq. Freguesia SD Rana), Helena Vasco, Carlos Gaspar, Catarina Carvalho, Helena Bonzinho.		
Objetivo Estratégico para o qual concorre	Diminuição do nº de pessoas sem-abrigo no concelho de Cascais;		
Período a que respeita o Relatório	Ano letivo _/_/	Ano civil 2016	De _/_/ a _/_/
Identificação da Parceria	GPISA - CMC; ISS – CDSS LX – Setor Oeiras Cascais; ACES Cascais (Unidade de Saúde Pública); C.C.P. Carcavelos; AMI; SER+; Clube Gaivotas da Torre-Associação Juvenil; Hospital de Cascais Dr. José de Almeida; Equipa Tratamento do Eixo Oeiras Cascais do CRI Lisboa Ocidental; Coordenadores Eq. Freguesia; PMII; IPSS do concelho de Cascais.		
Publico Alvo (tipologia e nº)	81 pessoas sem-abrigo		
Localização da ação (Freguesia, espaço físico)	Concelho		
Metas definidas	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a coordenação do GPISA (Grupo do Planeamento da Intervenção com os Sem Abrigo); - Garantir a gestão da Base de Dados Concelhia das pessoas sem-abrigo; - Garantir a implementação das metas propostas para 2016 no âmbito do Plano Concelhio para a Integração de Pessoas Sem Abrigo 2014/2018; - Concretizar uma candidatura para financiamento do Projeto Casas Primeiro em Cascais; 		
Resultados alcançados	<ul style="list-style-type: none"> - 5 Municípios sem-abrigo integrados em casas individualizadas no âmbito do Projeto Casas Primeiro Cascais permanecem no projecto, agora integrado no Programa Alojamento à Medida; - 5 Municípios sem abrigo integrados na residência apoiada Domus Spes – Casa Esperança. Destes, 1 saiu da residência por processo de autonomia; - 3 Municípios sem-abrigo integrados em habitação municipal; - 74 Municípios sem-abrigo com gestor de caso atribuído; 		
Execução financeira	Origem do Financiamento		Investimento
			Programado
			Executado (I)
	Publico	CMC (II)	€ 116.811,00
		ISS	€ 36.753,00
	Privado	CCP Carcavelos	€ 3.844,00
	Total	€ 157.408,00	€ 157.408,00
	Investimento total executado por beneficiários (I / total de beneficiários)	€ 1.943,31	
	Investimento CMC executado por beneficiários (II/ total de beneficiários)	€ 1.442,11	

Relatório (B)

Enquadramento e Objetivos

O relatório de avaliação e execução 2016 responde aos objetivos definidos relativamente aos Eixos propostos no âmbito do Plano Concelhio Para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (Plano) 2014-2018, no que concerne nomeadamente:

Ao grau de Execução do Plano Concelhio para Integração de Pessoas Sem Abrigo 2014-2018 até dezembro 2016

Eixo 1 – Conhecimento do Fenómeno

Objetivos	Metas	Entidades/parceiros Envolvidos	Quando	Resultado
Promover o conhecimento sobre a dimensão e natureza do fenómeno	Monitorização do fenómeno dos sem-abrigo entre 2014 e 2018 através da gestão de uma base de dados concelhia;	GPISA	Vigência do Plano	✓
	Garantir o acompanhamento deste Plano por parte do Núcleo Executivo do CLAS	GPISA	Vigência do Plano	✓
	Integrar no PDS 2016 objetivos relativos à integração das pessoas sem-abrigo;	GPISA Rede Social Cascais	2016	O PDS não foi realizado até à data.
	Garantir a inclusão no Diagnóstico Social e outros documentos da Rede Social, de indicadores de caracterização do fenómeno sem-abrigo e dos respetivos fatores de risco;	GPISA Rede Social Cascais	2016	✓

Eixo 2 – Qualificação da Intervenção

Objetivos	Metas	Entidades/parceiros Envolvidos	Quando	Resultado
Realizar uma intervenção integrada em situação de rua e ao nível do acompanhamento das pessoas sem-abrigo	Durante a vigência do Plano, 100% dos Diagnósticos e Planos de Intervenção Individuais das pessoas acompanhadas consideram todas as dimensões de vida da pessoa;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	Vigência do Plano	✓
Garantir a existência de gestores de caso nas situações sinalizadas	Durante a vigência do Plano, e de acordo com a evolução económica e social do País, reforçar em 10%, face a 2013, o número de gestores de caso disponíveis para acompanhamento de situações sem-abrigo;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	Vigência do Plano	X
	Entre 2014 e 2016, 90% das situações sinalizadas têm definido um gestor de caso;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	2015 – 80% 2016 – 90%	73% 90%
Garantir a definição e implementação de planos individuais de intervenção , com base numa avaliação diagnóstica	Entre 2014 e 2016, 60% das situações sinalizadas, com gestor de caso atribuído, acordaram um Plano de Inserção;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	2015 - 55% 2016 – 60%	Variável na BD mas sem sucesso na extração de dados
	Entre 2015 e 2016 garantir o alojamento de 7 pessoas sem-abrigo com múltiplo diagnóstico através do desenvolvimento do Programa de Alojamento à Medida (PAM): 3 em casas de arrendamento privado (Casas Primeiro); 4 em arrendamento público extraordinário;	Clube Gaivotas da Torre – Associação Juvenil Cascais Envolvente CMC	2015/2016	Garantido o alojamento a 9 pessoas. Uma (1) institucionalizada em dez. 2015.
	Assegurar que 100% das situações de sem abrigo sinalizadas durante a vigência deste Plano, com gestor de caso atribuído e plano de intervenção individual ativo, e se integrarem os critérios, têm pedido de habitação social à CMC;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo; CMC	Vigência do Plano	✓
	Em 2016 40% das pessoas abrangidas pelo Projeto Alojamento à Medida (alojamento 7 pessoas e acompanhamento psicossocial de 12 pessoas) correspondem a processos de estabilização individual. (As pessoas já conseguiram organizar algumas áreas da sua vida nas diferentes dimensões – emprego, saúde, ... - e são capazes de contribuir financeiramente para a habitação arrendada onde residem no mercado de arrendamento, mas podem continuar a manter um acompanhamento técnico).	AEIPS Clube Gaivotas da Torre – Associação Juvenil Cascais Envolvente CMC Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo Outros recursos da comunidade	2016	No Total 47% das pessoas correspondem a processos de estabilização individual.
	Entre 2014 e 2016, 100% das pessoas sem-abrigo integradas em fogos municipais, têm um acompanhamento pós realojamento.	CMC Cascais Envolvente Equipas RSI Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	2015 – 80% 2016 – 100%	✓ 95%

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

	Em 2016 40% das pessoas sem-abrigo integradas em fogos municipais em 2013 correspondem a processos de estabilização individual. (As pessoas já conseguiram organizar algumas áreas da sua vida nas diferentes dimensões – emprego, saúde ... - e não necessitam de um acompanhamento técnico regular para a gestão do seu quotidiano).	CMC Cascais Envolvente Equipas RSI Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	2016	80% De 2010 a 2013 foram integradas em fogos municipais 10 pessoas e 8 correspondem a processos de estabilização individual.
	Entre 2014 e 2018, 60% das pessoas integradas na Domus Spes (casa Esperança) correspondem a processos efetivos de autonomização individual e 60% das pessoas integradas na residência não permanecem na mesma para além da duração prevista no regulamento.	Centro Comunitário Paróquia de Carcavelos; CMC	Até 2016	50% estabilização individual; 19% faleceram; 19% voltaram à situação de SA; 6% paradeiro desconhecido; 6% institucionalizado. 65% não permanece para além da duração prevista.
	Entre 2014 e 2018, 80% das pessoas integradas na Domus Spes (Casa Esperança) estão a trabalhar ou têm uma prestação social adequada (RSI, pensão social, invalidez)	Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos ISS CMC	Até 2016	76%
	Entre 2014 e 2018, 40% das pessoas integradas no projeto Esperança de Recomeçar correspondem a processos efetivos de autonomização individual.	Centro Comunitário Paróquia de Carcavelos; CMC ISS	Até 2016	39%
Promover a melhoria da qualidade dos serviços e respostas para pessoas sem-abrigo;	100% das entidades concelhias com intervenção social com a população sem abrigo têm conhecimento do Guia de Procedimentos do Plano;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	Vigência do Plano	✓
	Definir e implementar um plano de formação de técnicos relativamente ao fenómeno e intervenção com os sem-abrigo nos anos de 2014 e 2015;	GPISA Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	2015	✓
	Garantir a realização de 1 encontro interinstitucional para partilha de experiências de trabalho e projetos com a população sem-abrigo;	GPISA ENIPSA Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	2016	X

Eixo 3 - Prevenção

Objetivos	Metas	Entidades/parceiros Envolvidos	Quando	Resultado
Promover, propor e acompanhar Programas na área da habitação, emprego, saúde e educação, que permitam prevenir a condição de sem abrigo ;	Garantir em situação de incumprimento de rendas de inquilinos municipais, que está assegurado o acompanhamento técnico, por articulação da Cascais Envolvente com parceiros concelhios com intervenção psicossocial integrados como recurso no Plano.	CMC Cascais Envolvente Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	Vigência do Plano	Em articulação
	A partir de 2015 nenhum munícipe sinalizado como sem abrigo, mas sem historial de permanência na rua anterior à sinalização, permanece mais de 6 meses na condição de sem abrigo;	ISS Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	2016	-
	No âmbito do Plano 2014-2018, 80% das pessoas sem-abrigo, com gestor de caso atribuído, acedem aos recursos sociais concelhios nomeadamente, aos financiados pela Autarquia e pela Administração Geral, como Protocolo das Farmácias, Cascais Mais Solidário; Banco Alimentar, Cantinas Sociais e Apoio Alimentar, Lojas Solidárias, independentemente da sua situação de legalidade no país.	CMC ISS Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo Outros recursos da comunidade	Vigência do Plano	91%
	Durante a vigência do Plano, assegurar que 100% das famílias monoparentais, famílias nucleares com filhos menores, idosos ou pessoas em grande vulnerabilidade, despejadas de alojamento público ou privado, ou que tiveram de abandonar a sua casa por motivos de divórcio, violência ou outros, não ficam na rua;	ISS	Vigência do Plano	Em cumprimento.
	Durante a vigência do plano, assegurar a integração de indivíduos com características e problemáticas específicas e em risco de experienciarem a condição de sem-abrigo, nos Programas de Apoio à Empregabilidade promovidos pela Divisão de Promoção de Emprego (DPRE) da CMC, nomeadamente os programas orientados para a população em vulnerabilidade económica e social (ex. beneficiários da prestação RSI), numa quota de 10%.	GPISA DPRE/CMC Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo Entidades da rede solidária e Empresas privadas	Vigência do Plano	Em articulação
	Sensibilizar as entidades formadoras locais para a necessidade de definição, criação e implementação de iniciativas formativas adequadas às características das pessoas mais vulneráveis da sociedade.	DPRE/CMC Entidades formadoras locais	Vigência do Plano	X

Resultados quantitativos e qualitativos de Projetos e Programas integrados no âmbito do PCISA até dezembro 2016

Análise da evolução da integração de Pessoas Sem Abrigo no Programa Municipal de Habitação Social (PMHAS)

O PMHAS define o regime de acesso às habitações do parque habitacional municipal estabelecendo as respetivas condições e os critérios de seleção para o arrendamento em regime de renda apoiada. Diferencia entre “Caso de Carência Habitacional” (CCH) em que os indivíduos ou o agregado familiar não têm capacidade económica de acesso ao mercado livre e ocupam um alojamento arrendado ou cedido em precárias condições de habitação ou estão sem alojamento e “Caso de Carência Económico” (CCE) em que os indivíduos ou o agregado familiar embora habitem num fogo arrendado com condições de habitabilidade, os rendimentos auferidos não lhes permitem satisfazer as restantes necessidades humanas básicas ou mesmo fazer face ao valor da renda.

Entre 2010 e 2016 foram realojadas através do PMHAS 38 pessoas que se encontravam à data na situação de sem abrigo.

Seguidamente apresentamos os principais resultados obtidos através da recolha de dados em instrumento próprio criado para o efeito e validado quer pela Divisão de Promoção da Saúde e Divisão de Intervenção Social do DHS quer pelo Departamento de Ação Social da Empresa Municipal Cascais Envolvente e Clube Gaivotas da Torre, entidade responsável pela gestão e implementação do Programa Alojamento à Medida. Contou ainda com a participação dos gestores de caso.

Situação dos munícipes realojados através do PMHAS		
	Ano de assinatura de contrato com a empresa Cascais Envolvente	2010 - 1; 2011 - 1; 2012 - 1; 2013 - 7; 2014 - 6; 2015 - 19; 2016 - 3;
	Freguesia de Realojamento	Alcabideche - 15; Cascais e Estoril - 11; São Domingos de Rana - 12;
	Fonte de Rendimento	Vencimento de trabalho - 8 (1 só biscates); Pensão - 7 (5 são de invalidez); Subsídio de desemprego - 1; Prestação do RSI - 22 (10 com idade > ou = a 60 anos e 6 com idade compreendida entre os 50 e os 59 anos);
	Situação perante o emprego	Empregados - 8; Desempregados com biscates - 7; Desempregados com capacidade para trabalhar - 9 (3 com idade > ou = a 60 anos e 3 com idade compreendida entre os 50 e os 59 anos); Desempregados sem capacidade para trabalhar - 10; Reformados por idade - 2; Desconhecido - 1;
	Acesso a saúde/outros serviços	Com acesso a saúde/outros serviços autonomamente - 28; Com acesso a saúde/outros serviços com apoio - 7; Desconhecido - 3;
Autonomia nas Atividades da Vida	Vivência na habitação/	Boa apropriação - 22; Razoável - 11;

Diária (AVD) – Gestão doméstica	apropriação	Necessita de apoio – 2; Desadequada – 1; Desconhecido 2;
	Relação de vizinhança	Adequada – 32; Razoável - 1 Conflituosa – 2; Inexistente – 1; Desconhecida – 2;
	Pagamento de obrigações legais	Cumprir – 31; Cumprir com apoio – 3; Não cumprir atempadamente – 4;
Autonomia nas Atividades da Vida Diária (AVD) – Auto cuidado	Higiene pessoal	Autónomos – 36 (podem ter banco alimentar/cantina social) Com apoio – 1; Desconhecido – 1;
	Alimentação	
	Cuidado da roupa	

Análise da evolução da integração de Pessoas Sem Abrigo no Programa Alojamento à Medida (PAM)

O Programa Alojamento à Medida (PAM) promove respostas de alojamento com base na natureza e diversidade das situações de sem abrigo, procurando otimizar a complementaridade de respostas (projetos) já instaladas e outras que venham a ser desenvolvidas. Garante o acompanhamento técnico (gestão de caso) de pelo menos 12 munícipes alojados em habitação individualizada, a manutenção das condições de salubridade ambiental dos fogos e dos munícipes integrados no âmbito do Alojamento à Medida contribuindo para o seu processo de autonomização e/ou estabilização; Promove uma intervenção orientada para as necessidades dos munícipes com uma abordagem local integrada (metodologia housing first).

Até dezembro de 2016 beneficiaram de alojamento extraordinária através do Programa Alojamento à Medida (e Casas Primeiro Cascais de outubro de 2012 a dezembro de 2014) 10 munícipes que se encontravam na situação de sem-abrigo. Destas, apenas 2 abandonaram o fogo de alojamento individualizado em que tinham sido integrados, 1 por incumprimento grave das regras e destruição de bens e 1 por ter sido institucionalizado (prisão).

Situação dos munícipes realojados através do Programa Alojamento à Medida		
	Ano de assinatura de contrato de Apoio Social com entidade gestora	2012 – 1; (saiu por incumprimento em meados 2013) 2013 – 5; (1 saiu por institucionalização em dezembro 2015) 2016 – 4;
	Freguesia de Realojamento	Alcabideche – 1; Carcavelos e Parede – 1; Cascais e Estoril – 4; São Domingos de Rana – 2;
	Fonte de Rendimento	Pensão – 3 (1 velhice + 1 invalidez + 1 sobrevivência); Prestação do RSI – 4; Sem rendimentos – 1;
	Situação perante o emprego	Desempregados - 5; Reformados – 2; (1 velhice + 1 invalidez) Frequência de formação profissional – 1;
	Acesso a saúde/outras serviços	Com acesso a saúde/outras serviços autonomamente – 2; Com acesso a saúde/outras serviços com apoio – 5; Não tem acesso a acompanhamento em saúde mental – 1;
Autonomia nas	Vivência na	Boa apropriação – 6;

Atividades da Vida Diária (AVD) – Gestão doméstica	habitação/ apropriação	Necessita de apoio – 2;
	Relação de vizinhança	Adequada – 4; Razoável - 2 Com dificuldades - 1; Não mantem relação com a vizinhança – 1;
	Pagamento de obrigações legais	Cumpre – 5; Cumprido com apoio – 2; Não se aplica porque não tem qualquer rendimento – 1;
Autonomia nas Atividades da Vida Diária (AVD) – Auto cuidado	Higiene pessoal	Autónomos – 6; Com necessidade de apoio – 2;
	Alimentação	Autónomos – 2; Banco alimentar – 2; Cantina social específica – 3; Cantina social regular – 1;
	Cuidado da roupa	Autónomos – 6; Com necessidade de apoio – 2;

Análise da evolução da resposta Casa Esperança – Domus Spes, do Centro comunitário da Paróquia de Carcavelos com apoio financeiro da Câmara Municipal de Cascais

O Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos, parceiro ativo na implementação do Plano Concelhio para Integração de Pessoas Sem-Abrigo, com vasta experiência de intervenção junto desta população, sentiu a necessidade de abrir a valência de alojamento temporário apoiado após a identificação de novas situações desta natureza já não em consequência de problemas de adição ou saúde mental mas como consequência da situação económica de 2013. Este apartamento/residência visa a reinserção social das pessoas que a integram e onde podem permanecer entre 6 meses a 1 ano. É aqui disponibilizado acompanhamento técnico 24 horas por dia, 365 dias por ano, flexível, individualizado e orientado de acordo com as necessidades e objetivos de cada um.

Inicialmente a residência Casa Esperança permitia a integração em simultâneo de 8 pessoas mas em 2016 mudou-se de apartamento e permite agora a integração de 4 pessoas.

Desde a sua abertura e até dezembro de 2016 estiveram nesta residência apoiada 20 munícipes na condição de sem abrigo dos quais 16 já saíram (75%).

Assim e discriminando:

- 8 pessoas arranjaram resposta de alojamento ou foram abrangidas por programas de alojamento especiais nomeadamente o Casas Primeiro Cascais;
- 3 pessoas faleceram mas apenas 1 se encontrava na resposta Casa Esperança à data do falecimento. Outro tinha saído por incumprimento das regras de boa ocupação de uma casa partilhada e outro tinha regressado à família;
- 3 pessoas voltaram à condição de sem abrigo apesar de saírem da Casa Esperança por decisão própria e/ou para outra resposta de alojamento (quarto);
- 1 foi institucionalizado.

No universo das 20 pessoas que integraram (4 ainda integram) a Casa Esperança ao longo destes 4 anos, 95% eram autónomos na gestão doméstica nas AVD mas apenas 85% era autónomos nas AVD relativamente ao seu auto cuidado. As 3 pessoas (15%) que não eram autónomas apresentavam patologias físicas ou mentais que dificultavam estas tarefas no seu dia-a-dia sendo 2 das que já faleceram. 100% usufruíram de cantina social.

Ainda podemos perceber com o levantamento de dados que das 13 pessoas integradas na Casa Esperança ao longo de 2013 cerca de 69% (nº=9) saíram de acordo com o prazo previsto, 3 para quarto/casa, 4 por incumprimento de regras, 1 por decisão própria e 1 faleceu.

Das 2 pessoas integradas no ano de 2014, 1 saiu para a outra resposta de alojamento e outra permanece na Casa.

Das 5 pessoas integradas no ano 2015, 3 saíram da mesma, 1 por decisão própria, 1 para outra resposta de alojamento e 1 por incumprimento das regras. 2 permanecem integradas na Casa Esperança.

Não foi integrada nenhuma pessoa na Casa Esperança no ano de 2016 por estarem as vagas (4) preenchidas por pessoas que apesar de aparentarem alguma estabilização na sua vida nas várias áreas não têm rendimentos que permitam o arrendamento de um quarto/casa de forma autónoma. Esta situação apresenta-se como o *principal constrangimento das respostas de alojamento temporário para esta população pois uma estabilização do processo individual não implica necessariamente a sua autonomia financeira e a integração no mercado de trabalho devido a anos de rua e suas consequências principalmente na saúde.*

Análise da evolução da resposta Esperança de Recomeçar do Centro comunitário da Paróquia de Carcavelos com apoio financeiro da Câmara Municipal de Cascais e do ISS IP

O espaço Esperança de Recomeçar (ER) teve a sua abertura em 1995 com a entrada da 1ª pessoa em situação de sem abrigo para uma resposta de acolhimento diurno com acompanhamento técnico e acesso a respostas especializadas.

Já frequentaram o Esperança de Recomeçar 72 pessoas em situação de sem-abrigo para além de apresentarem outras problemáticas concomitantes como consumo de substâncias e/ou doença mental.

No final de 2016 o Esperança de Recomeçar (ER) apoiava nesta resposta de acolhimento diurno 19 pessoas em situação de sem-abrigo.

Das 53 pessoas que já saíram do ER (72 no total – 19 que permaneciam em dezembro 2016):

- ➔ 11 Arrendaram casa/quarto;
- ➔ 10 Foram integrados em alojamento temporário/Comunidade Terapêutica;
- ➔ 2 Arranjaram trabalho e alojamento;
- ➔ 2 Foram integrados em PAM – ambos beneficiam da prestação social RSI;
- ➔ 1 Foi integrado em PMHAS – também beneficiário da prestação rendimento social de inserção (RSI);
- ➔ 2 Pernoitam em garagem/arrecadação com condições;

- 2 Pernoitam em casa de amigos/casa de familiares;
- 9 Saíram do Concelho;
- 5 Faleceram;
- 2 Estão presos;
- 5 Encontram-se em paradeiro desconhecido;
- 2 Foram expulsos por não cumprirem as regras do Esperança de Recomeçar.

Das 19 pessoas em situação de sem abrigo que frequentam o Esperança de Recomeçar e relativamente ao tipo de rendimento podemos dizer que:

- 8 não acedem a qualquer rendimento;
- 6 beneficiam da prestação RSI Rendimento Social de Inserção;
- 1 beneficia da prestação RSI + Pensão;
- 2 recebem Rendimento de Trabalho;
- 1 recebe Subsídio de Desemprego;
- 1 recebe rendimento quando faz algum trabalho ocasional;

Desta forma percebemos que 2 munícipes em condição de sem abrigo que frequentam o ER têm um emprego/ocupação, 1 tem trabalho ocasional (biscates) mas a maioria (nº=16) não tem qualquer trabalho ou ocupação que lhes permita a autonomia apesar de terem acesso a prestações sociais do Estado. Realçamos aqui a co morbilidade de problemas de saúde física, mental e de consumo de substâncias que estas pessoas padecem.

Destas 19 pessoas, 18 (cerca de 95%) são autónomos no acesso a respostas de saúde e outros serviços e apenas 1 necessita de apoio para esse efeito.

Todos são autónomos relativamente ao auto cuidado nomeadamente cuidado da higiene pessoal, alimentação e cuidado da roupa ou seja, têm acesso a estas respostas no ER.

Análise Síntese da Base de Dados Concelhia (Anexo 1)

Novas sinalizações no ano de 2016:

Foram sinalizadas 29 novas situações de pessoas sem-abrigo no concelho e é na União de freguesias de Carcavelos e de Parede que o maior nº se situa 16;

Das 29 novas sinalizações, 25 (86%) são do género masculino e mais uma vez evidencia e realça a identidade de género como um fator de vulnerabilidade para a condição de sem abrigo onde o género masculino apresenta uma maior visibilidade nos percursos de rua.

Cerca de 83% (24) destas novas sinalizações têm gestor atribuído;

Realçamos ainda, que a 31 de dezembro estavam ativas 23 situações (79%) e 6 (21%) tinham passado a inativas ou seja, tinham saído da condição de sem-abrigo;

Total de registos em 2016:

O maior nº de pessoas em situação de sem abrigo encontra-se na União de Freguesia de Carcavelos e de Parede logo seguido pela União de Freguesias de Cascais e de Estoril. Estas 2 Uniões de Freguesias abarcam 75% das pessoas que estão "ativas" para a condição. É também nestas Uniões de freguesias que se encontram o maior nº de instituições de intervenção social com disponibilização de respostas específicas para o público-alvo, o maior nº de gestores de caso e a facilidade de acesso a transportes e outros recursos.

Das 81 pessoas em situação de "ativas" 75 (93%) são do sexo masculino e 6 (7%) do sexo feminino.

Cerca de 91% destas pessoas (74) têm gestor de caso atribuído

À data, 32% das pessoas que deixaram a condição de sem abrigo fizeram-no por acesso a habitação tendencialmente permanente realçando-se o realojamento através do PMHAS, 9% estão em alojamento de família e/ou amigos, 12% estão integrados em instituições de inserção, terapêuticas ou prisionais e por isso temporárias e cerca de 47% estão em paradeiro desconhecido, saíram do concelho e mesmo do país e/ou faleceram.

Caraterização das pessoas em situação de sem abrigo ativas a 31 de dezembro 2016

A maior parte das pessoas em situação de sem-abrigo no Concelho de Cascais tem entre 25 e 64 anos, cerca de 89%, e têm naturalidade e nacionalidade Portuguesa respetivamente 78% e 68%. Relativamente ao Estado Civil 57% são solteiros(as) mas não temos informação de 35% das pessoas sinalizadas e ativas para a situação neste item. No entanto à data da sinalização 88% das pessoas estavam na tipologia familiar de isolados(as).

Pela informação disponibilizada 80% destas pessoas estão desempregadas e/ou sem atividade.

Realçamos ainda que cerca de 51% dos munícipes ativos para a condição de sem-abrigo estão sinalizados como permanecendo em alojamentos não convencionais por falta de habitação (viaturas, estruturas temporárias, edifícios não convencionais) e cerca de 40% estão sem teto (em espaço público/na rua).

As razões indicadas pelas pessoas sem-abrigo para a sua condição são múltiplas e complexas como é expresso em toda a literatura sobre o fenómeno, mas aparecem como prioritárias as razões pessoais e de rutura/conflito familiar.

Estes munícipes têm como rede de suporte e sociabilidade os técnicos e as instituições prioritariamente.

Cerca de 84% das pessoas em situação de sem abrigo têm Plano de Inserção Individual (PII).

Investimento

O investimento da CMC em 2016 para apoio a projetos e respostas integrados no âmbito da implementação do Plano foi de € 116.811,00

O investimento realizado pela CMC correspondeu a € 1.442,11 por pessoa/ano (81 pessoas em situação de sem abrigo + 8 pessoas ex. sem abrigo alojadas através do PAM + 4 pessoas integradas na Casa Esperança – Total de 93). Esse valor correspondeu a € 3,95 pessoa/dia.

Medidas a adotar

Continua a intenção de se realizar uma candidatura ao Programa Portugal 2020 através de parceria com as instituições do concelho de Cascais e outras que se considerem estratégicas para a concretização dos objetivos e metas a implementar no âmbito do Plano Concelhio para Integração de Pessoas Sem Abrigo 2014-2018.

ANEXO 1

Análise Síntese da Base de Dados Concelhia

Novas sinalizações 2016

- 1- Distribuição por freguesia do número total de novas sinalizações de situações de sem abrigo em 2016:

Género	Alcabideche		Carcavelos Parede		Cascais Estoril		S. D Rana	
	F	M	F	M	F	M	F	M
Nº	1	1	3	13	-	8	-	3
	2		16		8		3	
Total	29							

- 2- Distribuição por freguesia do número total de novas sinalizações de situações de sem abrigo em 2016 com Gestor de Caso e que ficou inativo durante o ano de 2016:

Freguesias	Novas Sinalizações 2016							
	Total		Com Gestor Atribuído		Inativos a 31 de dezembro		Ativos a 31 de dezembro	
	F	M	F	M	F	M	F	M
Alcabideche	1	1	1	-	1	-	-	1
Carcavelos Parede	3	13	3	11	-	4	3	9
Cascais Estoril	-	8	-	7	-	1	-	7
São D. Rana	-	3	-	2	-	-	-	3
Total	4	25	4	20	1	5	3	20
	29		24		6		23	

Total de Registos 2016

- 1- Distribuição por Freguesia de casos ativos em 2016 por período de registo e por existência de gestor de caso

Freguesias	A 31 de Dezembro			
	Com Gestor/a caso atribuído/a	Sem Gestor/a caso atribuído/a	Total casos ativos	% de casos ativos com gestor caso atribuído
Alcabideche	4	1	5	80
Carcavelos Parede	30	3	33	90
Cascais Estoril	27	1	28	96
S D Rana	13	2	15	82
Totais	74	7	81	90

2- Distribuição de Género por freguesia nos processos ativos a 31 de dezembro de 2016

Freguesias	Género		Total
	Feminino	Masculino	
Alcabideche	1	4	5
Carcavelos e Parede	4	29	33
Cascais e Estoril	-	28	28
S. D. Rana	1	14	15
Total	6	75	81

3- Variação de pessoas ativas por ano

Anos	Ativos a 1 janeiro	Ativos a 31 dezembro	Varição anual
2010	100 (março 2010)	59	(-) 41
2011	59	53	(-) 6
2012	53	67	(+) 14
2013	67	76	(+) 9
2014	76	100	(+) 24
2015	100	78	(-) 22
2016	78	81	(+) 3

4- Evolução do número total de casos ativos (em acompanhamento) entre Março de 2010 e Dezembro de 2016 por situação face a atribuição de gestor(a) de caso

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Março	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro
Total de Casos Ativos	100	53	67	76	100	78	81
Com Gestor de Caso Atribuído	58	38	53	48	75	57	74
Sem Gestor de Caso Atribuído	42	15	14	28	25	21	7

5- Distribuição em dezembro de 2016 por tipo de motivo de saída da situação de sem abrigo

Motivos		Situação passiva para a condição de Sem Abrigo			
Dimensões	Categorias	Total	Homens	Mulheres	Total %
Acesso a habitação permanente	Quarto arrendado	18	15	3	32%
	Casa arrendada	22	18	4	
	Projeto Casas Primeiro + Alojamento à Medida	8	6	2	
	Realojamento PMAHS	38	33	5	
Suporte familiar e amigos	Casa de família	19	13	6	9%
	Casa de amigos	6	5	1	
Internamentos temporários	Comunidades Terapêuticas/Instituições	24	20	4	12%
	Casa Esperança	1	1	-	
	Prisão	9	9	-	
Outras	Falecido(a)	22	19	3	47%

	Saiu do Concelho	44	39	5
	Paradeiro desconhecido	50	45	5
	Outras	13	11	2
		274	234	40

Caraterização das Pessoas em Situação de Sem Abrigo Ativas a 31 de dezembro 2016

Distribuição por faixa etária

Idade	
0-14	0
15-24	3
25-64	72
65 ou +	4
Sem dados	2

Distribuição por Nacionalidade e Naturalidade

Nacionalidade		Naturalidade	
Angola	1	Angola	3
Cabo Verde	7	Cabo Verde	7
Espanha	0	Espanha	1
Guiné-Bissau	1	Guiné-Bissau	1
Moldávia	1	Moldávia	1
Portugal	63	Portugal	55
Roménia	1	Roménia	1
Senegal	1	Senegal	1
Ucrânia	3	Ucrânia	3
Sem dados	3	Sem dados	8

Distribuição por tipologia familiar

Tipologia familiar	
Isolado(a)	71
Nuclear sem filhos	1
Sem dados	9

Distribuição por estado civil

Estado civil	
Casado/a	1
Divorciado/a	3
Separado/a	3
Solteiro/a	46
Sem dados	28

Distribuição por atividade principal

Atividade principal	
Desempregado/a	33
Desempregado/a, Sem atividade	2
Empregado	4
Pensionista	2
Reformado/a	1
Sem atividade	30
Sem dados	9

Distribuição por fontes de rendimento

Fonte de rendimento	
Biscates	5
Biscates, Outro	1
Esmolas	2
Esmolas, Biscates	6
Invalidez	1
Outro	2
Pensão de velhice	1
Pensão de velhice, Invalidez	1
Rendimento social de inserção	18
Rendimento social de inserção, Biscates	1
Rendimento social de inserção, Esmolas, Biscates	2
Salário de trabalho	4
Sem rendimentos	26
Sem rendimentos, Biscates	1
Sem rendimentos, Esmolas	1
Sem dados	9

Distribuição por tipo de alojamento na data da sinalização

Alojamento atual	
Em alojamentos não convencionais por falta de habitação (viaturas, caravanas, edifícios não-convencionais, estruturas temporárias)	41
Sem tecto (em espaço público / na rua)	32
Sem dados	8

Distribuição por tempo de permanência no alojamento em que foi sinalizado

Duração alojamento atual	
Entre 1 a 3 anos	16
Entre 2 a 6 meses	4
Entre 3 a 5 anos	5
Entre 6 meses a 1 ano	11
Mais de 5 anos	20
Menos de 2 meses	8
Sem dados	17

Distribuição por tipo de alojamento em que permanecia anterior ao da situação de sinalização

Alojamento anterior à recolha desta informação	
Em alojamentos não convencionais por falta de habitação (viaturas, caravanas, edifícios não-convencionais, estruturas temporárias)	7
Em casa de amigos ou familiares (por falta de habitação)	11
Em casa própria (arrendada ou como proprietário)	21
Em instituição (saúde, prisão)	10
Sem teto (em espaço público / na rua)	5
Sem dados	27

Distribuição por tempo de permanência nesse alojamento anterior ao da sinalização

Duração alojamento anterior	
Entre 1 a 3 anos	12
Entre 2 a 6 meses	5
Entre 3 a 5 anos	4
Entre 6 meses a 1 ano	8
Mais de 5 anos	12
Menos de 2 meses	4
Sem dados	36

Distribuição por motivos invocados para a permanência na situação de sem-abrigo

Razões indicadas pela pessoa sem-abrigo	
Desemprego de longa duração	1
Desemprego de longa duração, Pessoais (necessidade de apoio / problemas aditivos / saúde)	2
Desemprego de longa duração, Pessoais (necessidade de apoio / problemas aditivos / saúde), Outra	1
Despejo por falta de pagamento de renda	1
Falta de casa	2
Falta de casa, Pessoais (necessidade de apoio / problemas aditivos / saúde), Desinstitucionalização	1
Financeiras (dívidas)	1
Morte de familiar	1
Outra	3
Perda de emprego	1
Perda de emprego, Desemprego de longa duração	1
Perda de emprego, Financeiras (dívidas)	1
Perda de emprego, Pessoais (necessidade de apoio / problemas aditivos / saúde)	3
Pessoais (necessidade de apoio / problemas aditivos / saúde)	27
Pessoais (necessidade de apoio / problemas aditivos / saúde), Desinstitucionalização	1
Pessoais (necessidade de apoio / problemas aditivos / saúde), Desinstitucionalização, Forças armadas	1
Pessoais (necessidade de apoio / problemas aditivos / saúde), Financeiras (dívidas)	2
Rutura / conflito familiar	7
Rutura / conflito familiar, Perda de emprego	2
Rutura / conflito familiar, Perda de emprego, Pessoais (necessidade de apoio / problemas aditivos / saúde)	1
Rutura / conflito familiar, Pessoais (necessidade de apoio / problemas aditivos / saúde)	2
Rutura / conflito familiar, Pessoais (necessidade de apoio / problemas aditivos / saúde), Outra	1
Sem dados	18

Tipo de rede de sociabilidade das pessoas sinalizadas

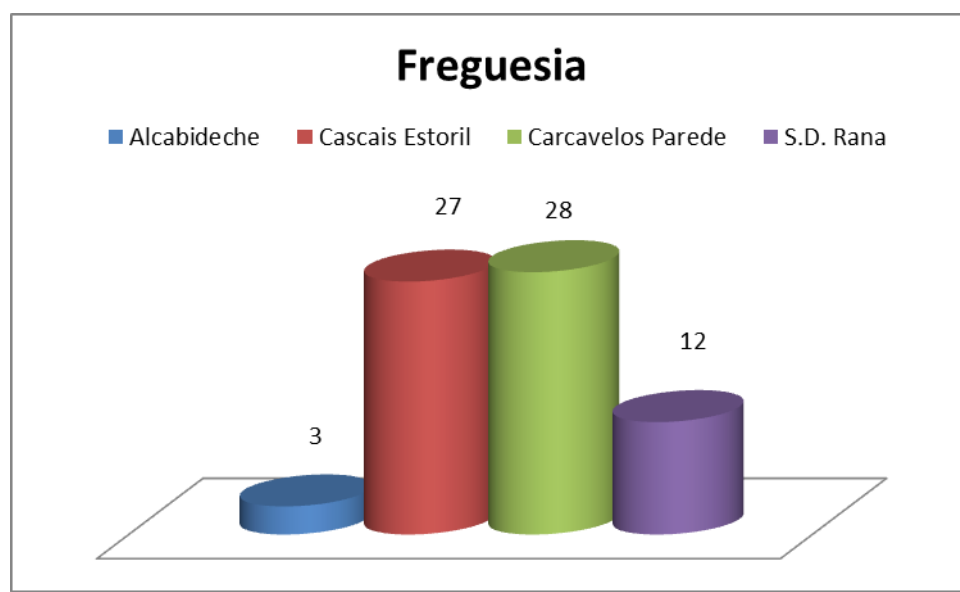
Redes de sociabilidade	
Comerciantes	1
Família	2
Família, Vizinhos	1
Instituições	10
Instituições, Técnicos	37
Instituições, Técnicos, Família	1
Instituições, Técnicos, Família, Vizinhos	1
Instituições, Vizinhos	1
Outros	1
Sem dados	26

Plano de intervenção	
Plano de intervenção	68
Sem dados	13

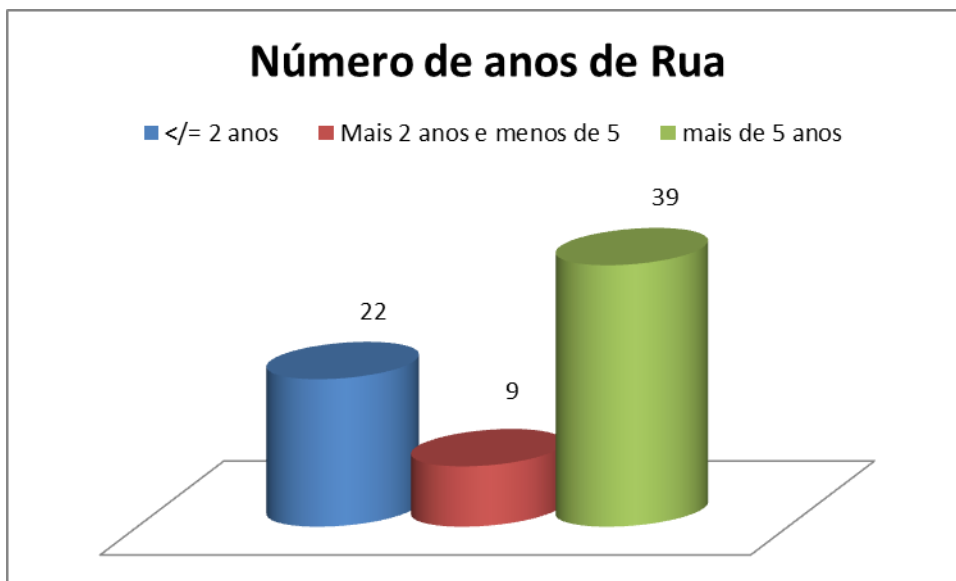
Anexo 2

Análise de dados do preenchimento da Grelha de Critérios pelos gestores de caso dos processos ativos para a condição de Sem Abrigo

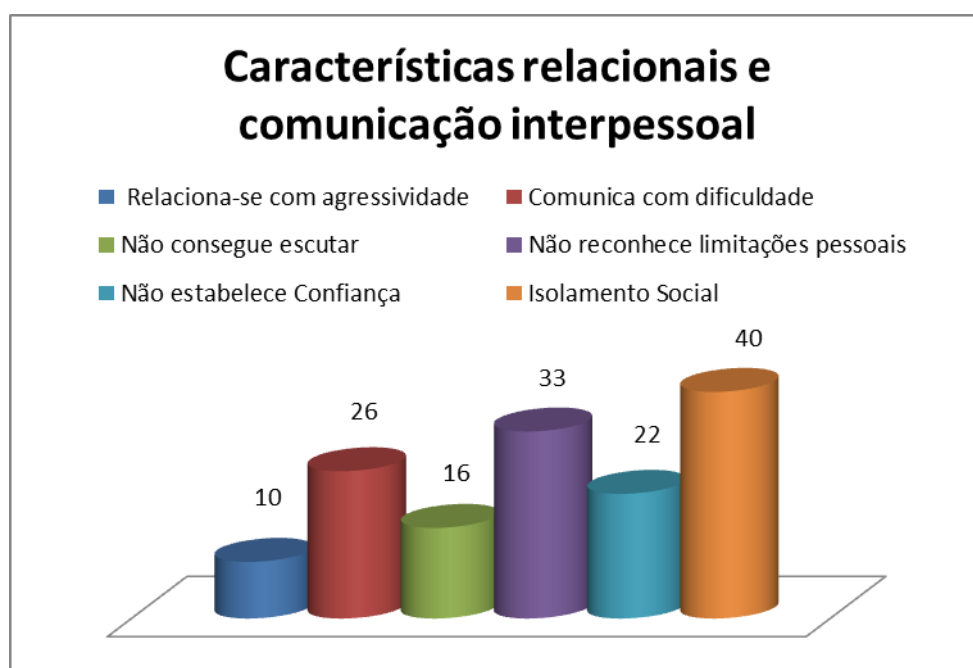
Foram preenchidos os dados da Grelha relativamente a 70 munícipes (86%) em condição de sem abrigo num universo de 81 pessoas em situação de Ativas para a condição no ano de 2016. A caracterização que se apresenta agora é relativa à população em situação de sem abrigo no Concelho inteiro e relativamente apenas aos critérios de: nº de anos de rua; características relacionais e comunicação interpessoais; acesso a respostas e serviços; autonomia na gestão do Quotidiano; patologia física; patologia mental; consumo de substâncias; género. Para o preenchimento destes critérios de forma mais objetiva foi criado por um sub grupo do GPISA uma legenda facilitadora. Ambos os instrumentos integram o documento.



Como se observa o maior nº de pessoas nesta condição encontram-se nas Uniãos de Freguesias de Cascais e de Estoril e de Carcavelos e de Parede. Alcabideche é a Freguesia que apresenta menor nº de dados preenchido mas também menor nº de pessoas na condição.



Cerca de 56% das pessoas aqui referenciadas (nº=39) encontra-se a mais de 5 anos em processo de rua e 31% há menos de 2 anos (nº=22).



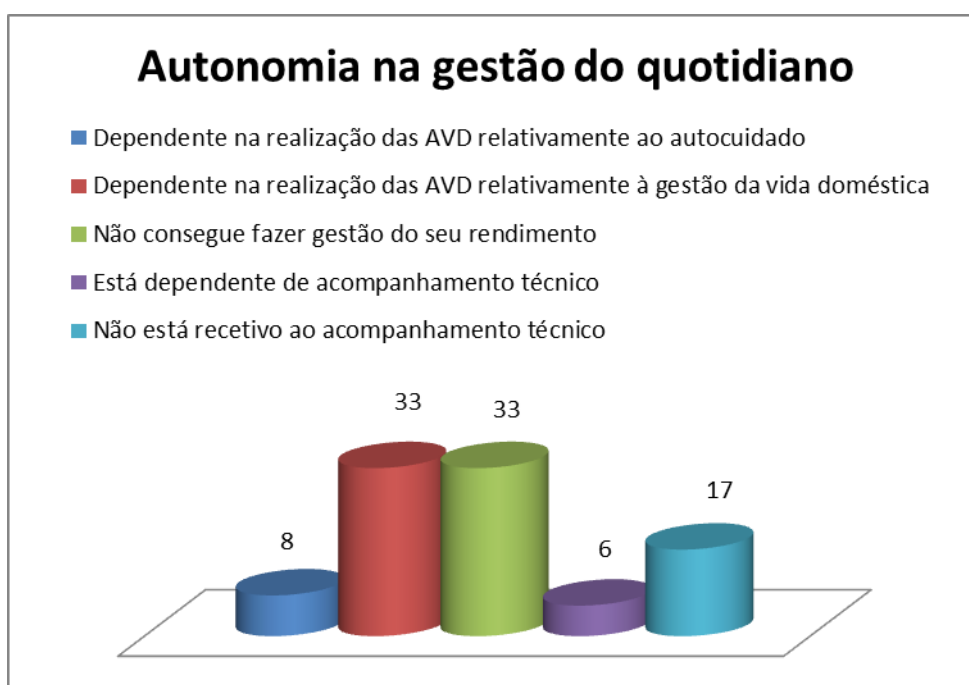
Foram identificadas 6 caraterísticas relacionais e de comunicação interpessoal que podem condicionar a intervenção com as pessoas na condição de sem abrigo. Quanto maior nº de caraterísticas uma pessoa tem maior dificuldade será conseguir fazer um bom acompanhamento e ter sucesso na intervenção. No quadro estão apresentados a incidência por caraterística mas abaixo apresentam-se os resultados tratados pelo nº pessoas/nº de caraterísticas.

→ 12 Sem Abrigos não apresentam nenhuma característica que dificulte a sua integração;

- 22 Sem Abrigos apresentam uma característica
 - 3 – Comunica com dificuldade;
 - 5 – Não reconhece limitações pessoais;
 - 1 – Não estabelece confiança;
 - 13 – Estão em Isolamento Social;
- 10 Sem Abrigos apresentam duas características
 - 3 – Não reconhece limitações pessoais + Isolamento Social
 - 2 – Comunica com dificuldade + Isolamento Social
 - 1 – Não consegue escutar + Não reconhece limitações pessoais
 - 3 – Não estabelece confiança + Não reconhece limitações pessoais
 - 1 – Comunica com dificuldade + Não estabelece confiança
- 11 Sem Abrigos apresentam três características
 - 3 – Comunica com dificuldade + não reconhece limitações pessoais + isolamento social;
 - 1 – Comunica com dificuldade + não consegue escutar + não reconhece limitações pessoais;
 - 1 – Comunica com dificuldade + não consegue escutar + isolamento social;
 - 1 – Comunica com dificuldade + não reconhece limitações pessoais + não estabelece confiança;
 - 1 – Comunica com dificuldade + não estabelece confiança + isolamento social;
 - 2 – Não reconhece limitações pessoais + não estabelece confiança + isolamento social;
 - 1 – Relaciona-se com agressividade + não consegue escutar + não reconhece limitações pessoais;
 - 1 – Relaciona-se com agressividade + não reconhece limitações pessoais + isolamento social;
- 6 Sem Abrigos apresentam quatro características
 - 2 – Não consegue escutar + não reconhece limitações pessoais + não estabelece confiança + isolamento social
 - 1 – Relaciona-se com agressividade + comunica com dificuldade + não reconhece limitações pessoais + não estabelece confiança
 - 1 – Comunica com dificuldade + não consegue escutar + não reconhece limitações pessoais + isolamento social
 - 1 – Relaciona-se com agressividade+ comunica com dificuldade + não consegue escutar + não reconhece limitações pessoais
 - 1 – Relaciona-se com agressividade + comunica com dificuldade + não consegue escutar + não estabelece confiança;
- 8 Sem Abrigos apresentam cinco características
 - 4 – Comunica com dificuldade + não consegue escutar + não reconhece limitações pessoais + não estabelece confiança + isolamento social;
 - 3 – Relaciona-se com agressividade + comunica com dificuldade + não reconhece limitações pessoais + não estabelece confiança + isolamento social
 - 1 – Relaciona-se com agressividade + comunica com dificuldade + não consegue escutar + não reconhece limitações pessoais + não estabelece confiança
- 1 Sem Abrigo apresenta todas as características definidas o que condiciona gravemente a sua integração.



Destas pessoas 39% (n=27) sabem que as respostas e serviços existem e são autónomas na sua utilização/acesso mas 36% (n=25) apesar de saberem que existe necessitam de apoio para aceder e utilizar. Cerca de 26% tem conhecimento das respostas concelhias facultadas para as pessoas com vulnerabilidade económica, social, saúde e trabalho mas não acedem às mesmas nem as utilizam como recursos de apoio à sua integração.



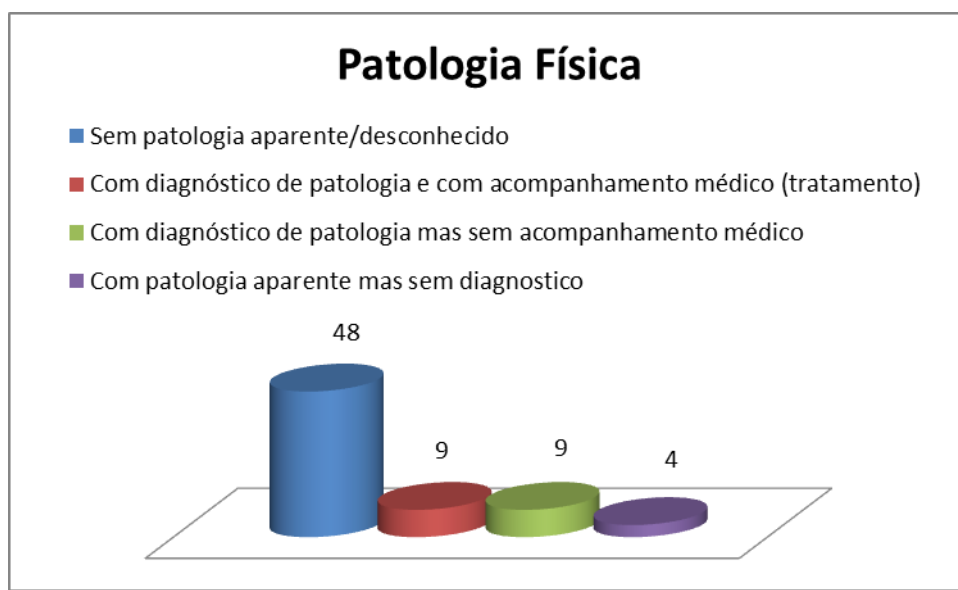
Relativamente à incidência de cada tipo de dependência que os munícipes em situação de sem abrigo apresentam podemos observar no quadro acima que sobressaiem per si as dependências de terceiros para a realização das Atividades da Vida Diária (AVD) no que respeita à gestão da vida doméstica (adquirir bens de 1ª

necessidade como por exemplo alimentação e medicação) e também para a gestão do seu rendimento. Cerca de 24% (nº=17), segundo a perceção dos gestores de caso que os acompanham, não está recetivo ao acompanhamento psicossocial.

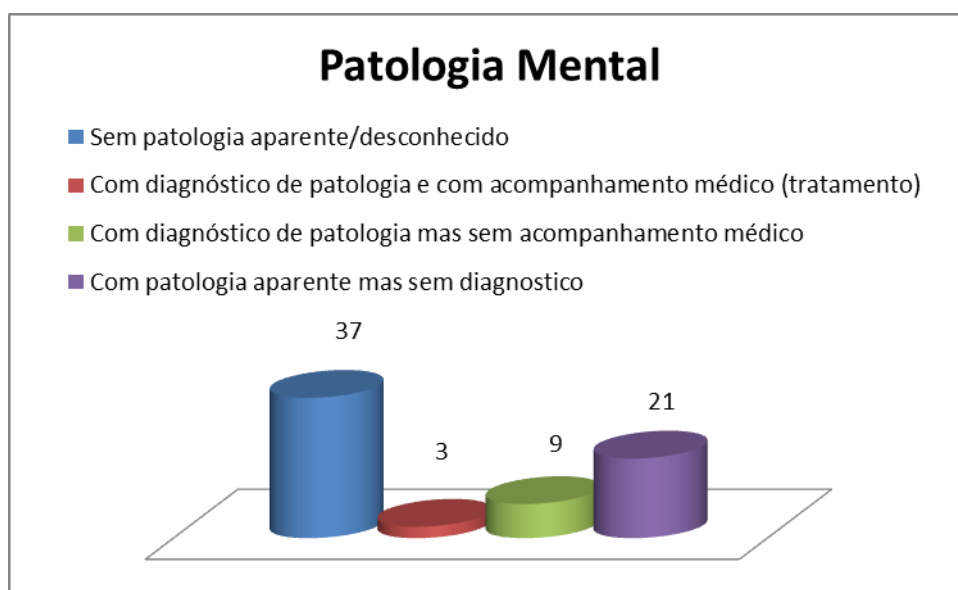
Uma análise mais fina à grelha permite identificar que:

- 23 Sem Abrigos não apresentam nenhuma dependência: Autónomos no que diz respeito à gestão do seu quotidiano e à sua vida nas diferentes áreas e aceitam se necessário o acompanhamento técnico;
- 13 Sem Abrigos apresentam apenas uma dependência
 - 5 - Não está recetivo ao acompanhamento técnico
 - 5 - Dependente na realização das AVD relativamente à gestão da vida doméstica
 - 1 - Está dependente de acompanhamento técnico
 - 1 - Não consegue fazer a gestão do rendimento
 - 1 - Dependente na realização das AVD relativamente ao autocuidado
- 22 Sem Abrigos apresentam duas dependências
 - 3 - Não consegue fazer gestão dos rendimentos + não está recetivo ao acompanhamento técnico
 - 16 - Dependente na realização das AVD relativamente à gestão da vida doméstica + Não consegue fazer a gestão do rendimento
 - 1 - Dependente na realização das AVD relativamente ao autocuidado + Não consegue fazer a gestão do rendimento
 - 1 - Dependente na realização das AVD relativamente à gestão da vida doméstica + Não consegue fazer a gestão do rendimento
 - 1 - Dependente na realização das AVD relativamente ao autocuidado + Não está recetivo ao acompanhamento técnico
- 8 Sem Abrigos apresentam já três dependências em conjunto
 - 3 - Dependente na realização das AVD relativamente à gestão da vida doméstica + Não consegue fazer a gestão do rendimento + Não está recetivo ao acompanhamento técnico
 - 4 - Dependente na realização das AVD relativamente à gestão da vida doméstica + Não consegue fazer a gestão do rendimento + Está dependente de acompanhamento técnico
 - 1 - Dependente na realização das AVD relativamente ao autocuidado + Não consegue fazer a gestão do seu rendimento + Não está recetivo ao acompanhamento técnico
- 4 Sem Abrigos apresentam quatro dependências: Dependente na realização das AVD relativamente ao autocuidado + Dependente na realização das AVD relativamente à gestão da vida doméstica + Não consegue fazer a gestão do rendimento + Não está recetivo ao acompanhamento técnico.

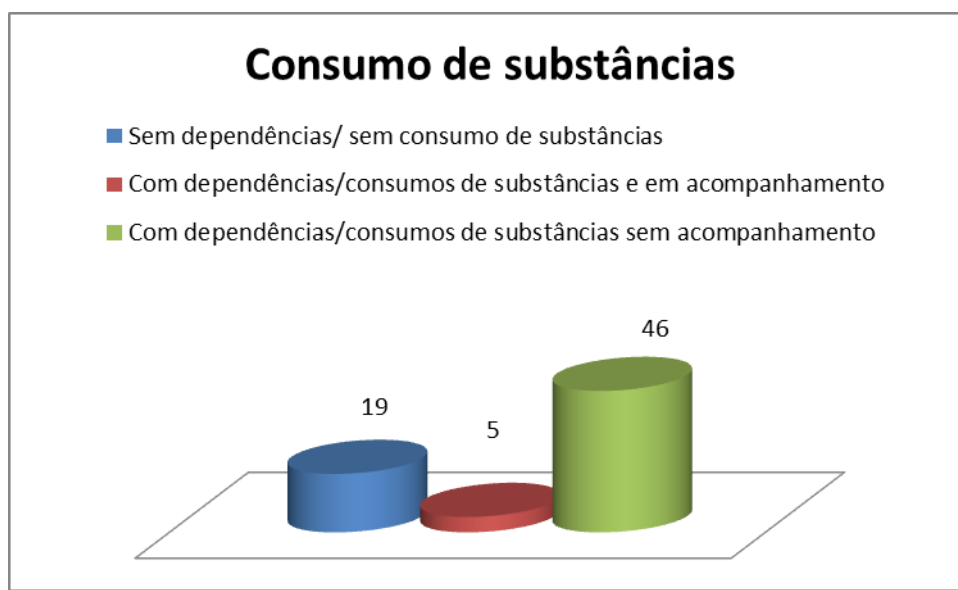
Quanto maior o nº de dependências apresentado e se ainda não estiver recetivo ao acompanhamento maior dificuldade existe de conseguir um processo de integração com sucesso.



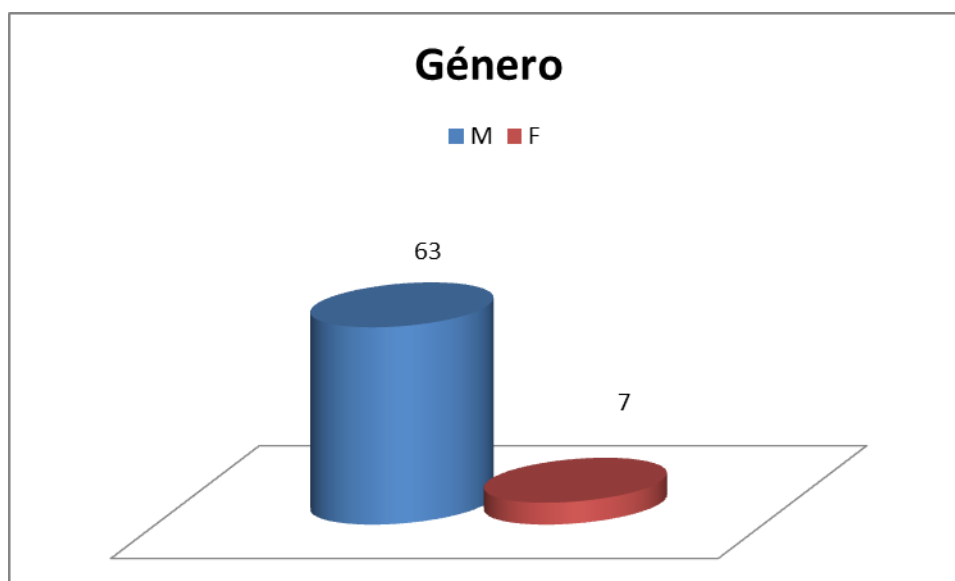
Os gestores de caso referem que cerca de 69% (n=48) dos munícipes em condição de sem abrigo não evidenciam patologias físicas específicas e com necessidade de cuidados médicos especializados. No entanto cerca de 6% (n=4) apresentam patologia física visível mas não existe diagnóstico nem acompanhamento médico.



Relativamente a patologia mental percebida já aumenta o nº de pessoas (nº=21) com patologia aparente mas sem diagnóstico e sem acompanhamento cerca de 30%. No entanto também nesta variável o nº de munícipes para a condição de sem abrigo sem patologia aparente/desconhecido é a que tem maior incidência (nº=37) com cerca de 53%.



Pelo quadro acima podemos observar que 66% (n=46) desta amostra apresentam consumo de substâncias ou outras dependências (jogo por exemplo) e estão sem acompanhamento médico para o efeito.



Nesta amostra foram integrados 63 homens e 7 mulheres. A permanência em situação de sem abrigo na rua é principalmente uma problemática masculina.

ANEXOS 3

Reuniões de acompanhamento

Ao processo de implementação e acompanhamento da execução do Plano, foram imprescindíveis as seguintes reuniões:

Data	Local	Quem	Agenda
02/03/2016	SER+	GPISA	Validação da avaliação qualitativa final e a integrar no relatório de avaliação e execução 2015; Validação das propostas de projetos/programas a apresentar no Plenário da Rede Social e organização do trabalho; Definição e organização de procedimentos a realizar por freguesia para atualização da rede de respostas e recursos com as pessoas em situação de sem abrigo; Outros assuntos
08/03/2016	CGT	DIPS + DIIS + Clube Gaivotas da Torre	Acompanhamento e monitorização do Programa Alojamento à Medida
20/04/2016	DNA	GPISA + entidades concelhias com intervenção social	Monitorização da intervenção em curso e atualização da rede de recursos concelhios
30/05/2016	DHS	Coordenação GPISA + Forças de Autoridade Concelhias (PM, PSP, GNR)	Análise e monitorização da articulação existente
06/06/2016	DHS	Coordenação GPISA + Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do Concelho	Análise e monitorização da articulação existente
07/06/2016	DHS	DIPS + Clube Gaivotas da Torre	Acompanhamento e monitorização do Programa Alojamento à Medida e Projeto Mais Perto
22/06/2016	DHS	DIPS + DIIS + Clube Gaivotas da Torre (CGT)	Acompanhamento e monitorização do Programa Alojamento à Medida e Projeto Mais Perto
24/06/2016	DHS	Direção DHS + DIPS + Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos	Acompanhamento e monitorização das respostas Casa Esperança e Casa Jubileu. Constrangimentos do alojamento temporário na intervenção com pessoas sem-abrigo e propostas de solução
01/07/2016	Fundação O Século	Coordenação GPISA + Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos + Clube Gaivotas da Torre + SER+	Plenário do CLAS Rede Social - Desafios, estratégias e resultados da intervenção com pessoas sem-abrigo.
29/09/2016	Unidade de Saúde Pública do ACES Cascais	DIPS + USP + UCC Cascais Care + médicas internas de saúde familiar	Apresentação de proposta do Projeto Abrigar Saúde para Cascais
11/10/2016	NPISA Lisboa	Núcleos de Planeamento e Intervenção com Pessoas Sem Abrigo (NPISA) da Área Metropolitana de Lisboa (AML)	Proposta de articulação metropolitana para criação de uma estratégia comum para a área
04/11/2016	DHS	DIPS + Clube Gaivotas da Torre	Acompanhamento e monitorização do Programa Alojamento à Medida e Projeto Mais Perto
08/11/2016	NPISA Lisboa	Núcleos de Planeamento e Intervenção com Pessoas Sem Abrigo (NPISA) da Área Metropolitana de Lisboa (AML)	Apresentação de projetos e respostas dos NPISA da AML
16/11/2016	DHS	GPISA	Informações gerais da evolução da implementação do Plano; Outros assuntos;
13/12/2016	Salão Nobre da CMC	Núcleos de Planeamento e Intervenção com Pessoas Sem Abrigo (NPISA) da Área Metropolitana de Lisboa (AML)	Caraterização dos NPISA; Base de dados de pessoas sem-abrigo para a área metropolitana de lisboa; Gestor de casos – perfis técnicos; Proposta de Encontro dos NPISAS com uma vertente técnica e uma vertente política

Outras Participações

Ações de sensibilização/informação

Data	Local	Âmbito	Agenda
07/01/2016	Barreiro	Apresentação do Plano Concelhio para Integração de Pessoas Sem Abrigo 2014-2018 – Cascais está a mudar – O papel de uma rede local na intervenção com pessoas sem-abrigo na 1ª sessão da Ação de Formação da Rede de Respostas Integradas Barreiro Moita do Projeto Estrelas dos Mar "Capacitar, inovar e integrar do Programa Cidadania Ativa da FCC -	Apresentação PPS a disponibilizar